

Economista vê saídas para dívida *externa*

O professor Cristovam Buarque, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista ao **Jornal de Brasília**, afirmou que as primeiras providências a serem tomadas para combater de maneira séria a inflação seriam reduzir as taxas de juros e redistribuir terras para quem nelas queira produzir alimentos, aumentando a oferta.

A entrevista

Jornal de Brasília — O governo brasileiro encaminhou mais uma carta de intenções ao FMI. Como nas ocasiões das cartas anteriores, a perspectiva que País tem é do aprofundamento da crise e aquela sensação de que não sairá tão cedo dessa enrascada da dívida externa. O senhor vê saídas?

Professor Cristovam Buarque — O Brasil tem quatro problemas, que não podem ser vistos isoladamente, mas em conjunto. O primeiro, retomar o crescimento. Enquanto não se retomar o crescimento, aumenta a fome dos desempregados, daqueles que vão ficar desempregados, dos empresários que vão perder seus negócios. Segundo, manter as liberdades democráticas. Não como um desejo de intelectuais, porque as liberdades democráticas são necessárias hoje mais do que nunca, porque a sociedade entrou num beco sem saída. Só tem uma maneira de se sair dele: debater.

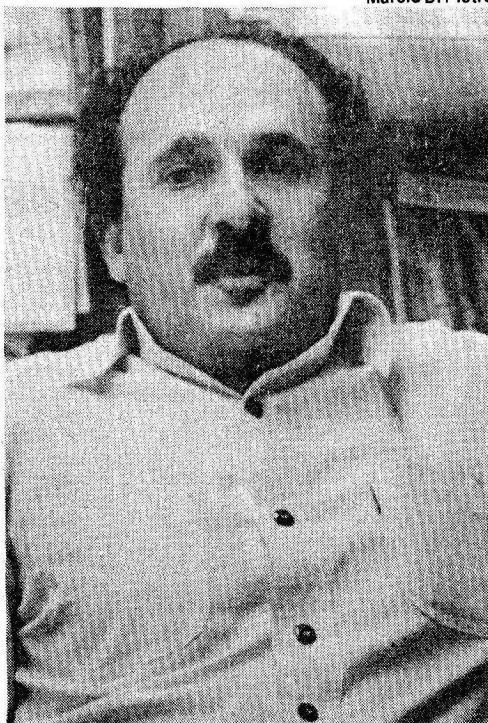
Liberdades democráticas não são hoje uma necessidade intelectual e ideológica, são uma necessidade econômica, para descobrir o caminho econômico a ser trilhado. Terceiro, a sociedade brasileira precisa controlar a inflação. Quarto e último problema, pagar a dívida externa.

JB — Pagar a dívida externa então não fica no primeiro plano das preocupações de sua estratégia?

Cristovam Buarque — Essa perspectiva vê a dívida como uma parte do global, e não um objetivo principal. O problema da sociedade brasileira é que esses quatro objetivos que citei (liberdades democráticas, retomar o crescimento, dívida e inflação) são incompatíveis entre si, não se resolvem os quatro ao mesmo tempo. Se você quiser controlar a inflação bruscamente, você ameaça as liberdades democráticas. Se você quiser pagar a dívida, você reduz o nível de atividade interna reduzindo o crescimento, para poder sobrar produtos para exportar. Você tem que se submeter ao FMI para resolver o problema da dívida nos moldes atuais. E isso ameaça as liberdades democráticas.

Então, as coisas são incompatíveis, conforme estou demonstrando. O governo, sob a impulsão do FMI, optou pelos dois últimos que eu coloquei — controlar a inflação, pagar a dívida e colocou como segundo objetivo retomar o crescimento e fortalecer as liberdades democráticas. Daí o apelo em favor das eleições indiretas, e as diretas em segundo plano diante da inflação e da dívida. E a política recessiva

Marcio Di Pietro



Cristovam Buarque

que se mantém, porque o objetivo principal é pagar a dívida. Por isso se submete ao FMI, que dá US\$ 6 bilhões. Sou contra isso, obviamente.

JB — O Sr. acha que os banqueiros e o Fundo Monetário Internacional pressionam para não haver eleição direta no Brasil?

Cristovam Buarque — Não digo que eles pressionam para não haver eleição direta. Eles pressionam, sim, por um tipo tal de medidas econômicas que leva o governo a perder prestígio. Se o governo perde prestígio, ele não quer fazer eleições diretas. A política do FMI é incompatível com eleições diretas. Primeiro, porque o governo sabe que perde o embate eleitoral, por causa da intromissão do FMI; e, segundo, que não vão se submeter completamente às exigências do Fundo. De fato, há uma certa incompatibilidade entre FMI e democracia.

JB — O Sr. faz críticas ao posicionamento do governo brasileiro perante aos credores, inclusive que se deve mudar pessoas. Qual a sua sugestão?

Cristovam Buarque — Veja bem: o processo de renegociação da dívida, hoje, é feito através de pessoas que têm como lícito, necessário, fundamental, pagá-la. Porque são pessoas que contraíram a dívida, são pessoas vinculadas ao sistema finan-

ceiro internacional. Acho, por isso, que a renegociação da dívida sob o controle desse pessoal é nociva ao País.

A gente teria que colocar, para negociar a dívida, pessoas que não se sintam, eticamente, obrigadas a pagá-la. Agora, não pode ser também pessoas que vão dizer que não vão pagar. E sim, pessoas que não se sintam eticamente obrigadas, mas que tenham sensibilidade política para pagar a dívida, só que para pagar o mínimo possível e nas melhores condições possíveis. Então a gente teria que substituir pessoas que querem pagar e procuram pagar o máximo, por pessoas que não queiram pagar mas sabem que vão ter que pagar o mínimo.

JB — Qual seria essa situação?

Cristovam Buarque — Primeiro, a gente vai ter que renegociar a dívida para um longo prazo; segundo, a gente vai ter que impor taxas de juros fixas, para não ficarmos submetidos ao controle dos banqueiros americanos, do Banco Central americano e das decisões do presidente americano. Terceiro, a gente vai ter que vincular o pagamento da dívida às nossas exportações e, finalmente, não se pode centrar a nossa política interna em função de pagar a dívida. A gente deve centrar a política econômica interna no sentido de retomar o crescimento, eliminando a pobreza no País.

Para isso é preciso não exportar mais além daquilo que a sociedade pode. Não se pode exportar milho para deixar o povo aqui sem milho, exportar soja para deixar o povo aqui dentro sem soja. A gente tem que exportar aquilo que sobra da nossa produção. Agora, esse tipo de coisa não é possível sem uma reformulação muito mais ampla da economia nacional.

JB — O presidente do Bank of America, o segundo maior credor do Brasil, Samuel Armacost, esteve recentemente em Brasília dizendo que o País deve renegociar a dívida com os bancos, FMI e governos a prazos mais longos, que permitam o crescimento da economia. O Sr. tem algum comentário a fazer a esse respeito?

Cristovam Buarque — Também acho que se tem que partir para isso. Também o Banco Central está propondo isso: o presidente Afonso Pastore falou recentemente que a próxima etapa de negociação vai começar a ser feita de governo a governo. Não interessa que seja de governo a governo, mas o mais importante é a perspectiva do governo brasileiro. Acho que ele poderia negociar só com os bancos. Mas é importante saber qual é a concepção de política dos nossos responsáveis pela negociação. Enquanto a política dessas pessoas for primeiro a de pagar e depois cuidar da fome do povo brasileiro nós continuaremos em condições difíceis. Tem que se mudar a ordem de prioridades.

Eu acho que os banqueiros estão interessados numa maior estabilidade no relacionamento do Brasil com eles. Hoje, essa estabilidade não existe, porque a cada quatro, cinco meses se escreve uma nova carta de intenções.